



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Assessor Técnico Legislativo**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

## PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Redação

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Redação será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

Sivuca nasceu numa família de pequenos lavradores e coureiros. Vivendo na área rural de Itabaiana, na Paraíba, numa localidade pobre e remota, sem rádio nem eletricidade, o próprio Sivuca não sabe explicar como a música entrou em sua vida. Ninguém na família tocava qualquer instrumento. "Eu não sei. Mas sei que veio firme, porque minha vocação foi mais forte do que toda e qualquer tendência. Quero dizer, a música veio para ficar em mim, pronto."

Suas primeiras memórias musicais vêm dos sanfoneiros itinerantes que passavam por Itabaiana, de pessoas que tocavam violão na cidade, da banda de música e do órgão da igreja. Seu talento era evidente, a ponto de que a própria família passasse a insistir que tentasse carreira na cidade grande. Depois de algumas idas e vindas, mudou-se para Recife, foi contratado pela Rádio Clube de Pernambuco aos 15 anos de idade, em novembro de 1945, e descobriu um novo horizonte musical.

Sivuca aprendeu teoria musical com o clarinetista da Orquestra Sinfônica de Recife e, três anos depois, passou a estudar harmonia e orquestração com o maestro fluminense Guerra-Peixe, que então vivia em Recife. Ao longo da vida profissional, foi incorporando outros instrumentos ao seu arsenal, como o violão, a guitarra e o piano, numa mistura de autodidatismo e aprendizado informal com alguns dos melhores músicos do mundo.

Segundo o músico, "o estudo, o desenvolvimento musical torna-se necessário. Eu digo isso porque eu também passei pelo mesmo; fui, por muito tempo, músico sem estudar, naturalmente levando a sério todas as tendências, mas também me dando ao trabalho de queimar pestana e estudar teoria musical, estudar orquestração e, enfim, harmonia, fuga, contraponto, me preparar para lidar com os ingredientes teoricamente".

(Adaptado de <http://musicosdobrasil.com.br/sivuca>. Acesso em 04/03/2013)

1. O texto procura mostrar

- (A) como Sivuca acabou por abandonar as origens para produzir uma música universal, o que teria sido facilitado por não ter tido na infância qualquer influência familiar que pudesse contrapor-se à teoria musical que passou a aprender em Recife.
- (B) a trajetória musical de Sivuca, do convívio com a música popular e religiosa na cidade natal à experiência com a música erudita em Recife, e da espontaneidade da execução ao estudo amplo e aprofundado da arte musical.
- (C) que o inexplicável do talento de Sivuca pode ser compreendido não pelas razões usuais para esses casos, mas apenas quando se levam em consideração os elementos espirituais que envolvem as preferências e as escolhas feitas na mais tenra infância.
- (D) a superioridade do conhecimento musical teórico sobre o talento espontâneo, na medida em que este não teria sido suficiente para que Sivuca viesse a se dedicar integralmente à música e nem mesmo saísse do meio rural onde vivia.
- (E) que o rádio e a eletricidade não exercem qualquer papel positivo no sentido de despertar o gosto musical, que é inato, ou seja, independente de influências externas sobre aqueles que virão um dia a se interessar pela música.

2. Mas sei que veio firme, porque minha vocação foi mais forte do que toda e qualquer tendência. (1º parágrafo)

... fui, por muito tempo, músico sem estudar, naturalmente levando a sério todas as tendências... (último parágrafo)

Considerando-se o emprego da palavra **tendência** nas frases acima, pode-se afirmar que seu sentido estará expresso com adequação, respectivamente, por:

- (A) aptidão e conselhos.
- (B) desvio e lições.
- (C) influência e impulsos.
- (D) propensão e estilos.
- (E) entrave e impressões.

3. ... sanfoneiros itinerantes que passavam por Itabaiana...

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está empregado em:

- (A) ... com o maestro fluminense Guerra-Peixe, que então vivia em Recife.
- (B) Sivuca nasceu numa família de pequenos lavradores e coureiros.
- (C) ... que tentasse carreira na cidade grande.
- (D) ... porque minha vocação foi mais forte do que toda e qualquer tendência.
- (E) Suas primeiras memórias musicais vêm dos sanfoneiros itinerantes...

4. Ninguém na família tocava qualquer instrumento.

O elemento em destaque acima exerce a mesma função sintática que o elemento grifado em:

- (A) Mas sei que veio firme...
- (B) Eu não sei.
- (C) ... o estudo, o desenvolvimento musical torna-se necessário.
- (D) ... sanfoneiros itinerantes que passavam por Itabaiana...
- (E) Eu digo isso porque eu também...

5. Ao longo da vida profissional, foi incorporando outros instrumentos ao seu arsenal...

A transposição da frase acima para a **voz passiva** terá como resultado a forma verbal:

- (A) foram sendo incorporados.
- (B) vinha incorporando.
- (C) foi sendo incorporado.
- (D) foram incorporados.
- (E) vinham sendo incorporados.



**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 6 a 8.

*José Lins do Rego é brasileiríssimo. Outro dia, um amigo conversou comigo sobre as pretendidas influências estrangeiras na obra do paraibano. Falamos em Thomas Hardy, em D. H. Lawrence. Não estava certo. José Lins do Rego é ele mesmo. É paraibano. É brasileiro, brasileiríssimo. É brasileiro com amor à terra, às mulheres, à conversa, aos gracejos, com a memória do avô que era governador da província, do tio que vendeu o engenho, com a memória vivíssima de todas as tristezas da sua gente brasileira. Risos e lágrimas: eis o seu mundo.*

*O grande valor literário da obra de José Lins do Rego reside no fato de que o seu assunto e o seu estilo correspondem-se plenamente. Assim, conta-se a decadência do patriarcalismo, com as suas inúmeras tragédias e uns raros raios de graça e humor. Desse modo, José Lins do Rego consegue acertadamente o que quer; e isso me parece o maior elogio que se pode fazer a um escritor. Concebendo a cultura no sentido de Gilberto Freire, como expressão global da vida política e do espírito, social e individual, vital e humana, José Lins do Rego é a expressão literária da cultura da sua terra.*

[Adaptado de Otto Maria Carpeaux. O brasileiríssimo José Lins do Rego. (prefácio) **Fogo Morto**. Rio de Janeiro: José Olympio. 50. ed. 1998. p. XV-XVI]

6. O autor

- (A) critica a falta de humor que, em sua opinião, enfraquece a obra de José Lins do Rego.
- (B) assinala a influência literária de autores estrangeiros nos romances de José Lins do Rego, os quais teriam determinado o seu estilo.
- (C) exalta as qualidades positivas da obra de José Lins do Rego, que teria, segundo ele, atingido os seus objetivos.
- (D) aponta os motivos pelos quais a obra de José Lins do Rego é considerada regionalista, sem ostentar caráter universal.
- (E) afirma que a influência de Gilberto Freire foi decisiva para que José Lins do Rego pudesse criar romances que atingiriam um grande público.

7. O elemento flexionado de modo a indicar uma qualidade em um grau muito elevado está destacado em:

- (A) ... o seu assunto e o seu estilo correspondem-se plenamente.
- (B) ... com a memória vivíssima de todas as tristezas de sua gente...
- (C) ... com as suas inúmeras tragédias...
- (D) ... e uns raros raios de graça e humor.
- (E) ... conta-se a decadência do patriarcalismo...

8. Leia atentamente as afirmações abaixo.

- I. Respeitando-se a correção e a lógica, uma pontuação alternativa para o segmento *Concebendo a cultura no sentido de Gilberto Freire, como expressão global da vida política e do espírito, social e individual, vital e humana, José Lins... é: **Concebendo a cultura no sentido de Gilberto Freire – como expressão global da vida política e do espírito, social e individual, vital e humana –, José Lins...***
- II. *Risos e lágrimas: eis o seu mundo.*  
O emprego dos dois-pontos assinala, no contexto, uma ressalva ao que se afirma antes.
- III. ... *um amigo conversou comigo sobre as pretendidas influências estrangeiras na obra do paraibano.*  
O elemento grifado acima refere-se aos escritores da Paraíba de maneira geral.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 9 e 10.

*O bater do martelo do mestre José Amaro abafava os rumores do dia que cantava nos passarinhos. Uma vaca mugia por longe. Ouvia o gemer da filha. Batia com mais força na sola. O martelo do mestre era forte, mais alto que tudo. O pintor Laurentino foi saindo. E o mestre, de cabeça baixa, ficara no ofício. [...] Tinha aquela filha triste. Ele queria mandar em tudo como mandava no couro que trabalhava, queria bater em tudo como batia naquela sola.*

(Adaptado de José Lins do Rego. **Fogo Morto**. Rio de Janeiro: José Olympio. 50. ed. 1998. p. 9)

9. ... que cantava nos passarinhos.

O elemento grifado acima refere-se a:

- (A) rumores.
- (B) mestre José Amaro.
- (C) bater do martelo.
- (D) passarinhos.
- (E) dia.

10. Está correto o que se afirma a respeito da pontuação em:

- (A) *E o mestre, de cabeça baixa, ficara no ofício.*  
As vírgulas podem ser suprimidas sem prejuízo do sentido original.
- (B) *Ouvia o gemer da filha.*  
Uma vírgula pode ser inserida imediatamente após **gemer**, sem prejuízo para a correção.
- (C) *O martelo do mestre era forte, mais alto que tudo.*  
A vírgula pode ser substituída por **e** sem prejuízo para a correção.
- (D) *O pintor Laurentino foi saindo.*  
Um sinal de dois-pontos pode ser acrescentado imediatamente após **pintor** sem prejuízo para a correção.
- (E) *Ele queria mandar em tudo como mandava no couro ...*  
Uma vírgula pode ser inserida imediatamente após **como** sem prejuízo para a correção.



## Raciocínio Lógico

11. A média aritmética simples entre dois números é igual à metade da soma desses números. Utilizando essa definição, a média aritmética simples entre  $\frac{1}{3}$  e  $\frac{5}{9}$  é igual a
- (A)  $\frac{1}{2}$ .
- (B)  $\frac{2}{9}$ .
- (C)  $\frac{8}{9}$ .
- (D)  $\left(\frac{2}{3}\right)^2$ .
- (E)  $\left(\frac{1}{2}\right)^2$ .

**Atenção:** Para responder às questões de números 12 e 13, utilize o texto abaixo.

Demétrio está fazendo o *download* de um programa em seu computador e ele sabe que a operação estará concluída assim que todos os campos quadriculados indicados na tela estiverem preenchidos. Ao final de 16 segundos depois do início do *download* seu computador preencheu o quarto quadriculado da sequência, como se vê a seguir.

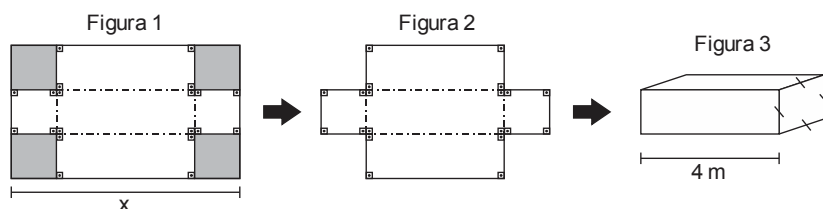


12. Ao final de 16 segundos, a porcentagem do programa que já havia sido baixada no computador de Demétrio era de, aproximadamente,
- (A) 23,3%.
- (B) 26,6%.
- (C) 19,9%.
- (D) 29,9%.
- (E) 33,3%.
13. Admitindo que, após os 16 segundos iniciais, o restante do *download* seja feito com a metade da velocidade média que foi feito até 16 segundos, o tempo total de *download* para baixar o programa no computador de Demétrio será de
- (A) 2 minutos e 32 segundos.
- (B) 2 minutos e 15 segundos.
- (C) 1 minuto e 56 segundos.
- (D) 1 minuto e 44 segundos.
- (E) 1 minuto e 38 segundos.



14. Seis pessoas estão sentadas em uma mesa circular. Fábio está sentado imediatamente à direita de Gabriel, que por sua vez está de frente a Henrique. Isabel está imediatamente à direita de João, que está de frente a Fábio. Se Luís está de frente a Isabel, então ele tem imediatamente à sua esquerda:
- (A) Gabriel.  
 (B) João.  
 (C) Isabel.  
 (D) Henrique.  
 (E) Fábio.

15. Uma chapa metálica retangular é formada por três retângulos idênticos e seis quadrados idênticos. Um dos lados dessa chapa mede  $x$  metros, conforme indica a Figura 1. Dos "cantos" da chapa foram retirados quatro dos seis quadrados, conforme indica a Figura 2. Em seguida, a chapa foi dobrada nas indicações tracejadas formando uma caixa com a forma de paralelepípedo reto retangular com uma aresta medindo 4 m, conforme indica a Figura 3.



Dado:

O volume de paralelepípedo reto retângulo é igual ao produto do comprimento pela largura e pela altura.

Sabendo que o volume da caixa obtida é  $25 \text{ m}^3$ , então,  $x$  é igual a

- (A) 8.  
 (B) 9,5.  
 (C) 8,5.  
 (D) 10,5.  
 (E) 9.
- História da Paraíba**
16. As dificuldades encontradas pelos portugueses na conquista da Paraíba tiveram relação com
- (A) a prévia ocupação francesa na região, e as alianças entre os franceses e as tribos Potiguaras.  
 (B) a animosidade dos índios Tabajaras que, ao resistirem às tentativas de ocupação, provocou seu extermínio.  
 (C) os ataques empreendidos pelas vilas coloniais, fundadas por espanhóis e densamente fortificadas.  
 (D) o descaso da Coroa com a conquista dessa região, uma vez que nenhum tipo de exploração econômica havia sido implantado.  
 (E) o fracasso das sucessivas expedições de conquista que, devido às intempéries marítimas, jamais chegaram ao seu destino.



17. A fundação, no final do século XVI, de conventos e mosteiros na Paraíba, então denominada Filipéia de Nossa Senhora das Neves, foi vista com bons olhos pelos colonos, pois estes
- (A) encontravam-se em minoria, acuados por tribos hostis, razão que os fez solicitar da Coroa e do Papa a instalação de missões jesuíticas fortificadas, no interior das quais pudessem habitar.
  - (B) pretendiam fazer prevalecer o catolicismo e combater as religiões protestantes, como o calvinismo trazido pelos conquistadores franceses, ao qual a população local havia aderido massivamente.
  - (C) acreditavam que a presença de religiosos contribuiria para a catequização e a “pacificação” das aldeias indígenas nas proximidades, garantindo a segurança da população branca.
  - (D) ansiavam estabelecer trocas comerciais com os índios, como o escambo, prática que até então não havia sido implementada, uma vez que somente os freis eram os únicos autorizados a fazer esse tipo de transação.
  - (E) reivindicavam a presença de ordens religiosas naquele território uma vez que, as famílias se sentiam desamparadas pela Igreja, desde a expulsão dos jesuítas, no século anterior.
- 
18. Missionários e bandeirantes tiveram importante papel no processo de conquista do interior da Paraíba. As *bandeiras* eram
- (A) expedições que, em geral, se valiam do curso natural dos rios e tinham por objetivo aprisionar índios para vendê-los como escravos.
  - (B) incursões oficiais da Coroa no interior do território brasileiro a fim de abrir caminhos e construir vias férreas.
  - (C) caravanas de colonos responsáveis pela instalação nas vilas, de uma grande cruz e a bandeira portuguesa, como símbolos da colonização.
  - (D) tropas militares bem armadas e chefiadas por um colonizador europeu, conhecedor da região, a fim de eliminar tribos hostis.
  - (E) grupos de viajantes estrangeiros interessados em pesquisar, explorar e mapear a fauna, a flora e os nativos do continente americano.
- 
19. As principais motivações para a proclamação da Confederação do Equador, que ocorreu entre julho e novembro de 1824, foram a
- (A) difusão da recém promulgada Doutrina Monroe, que alimentava o sentimento antieuropeu, e a popularidade de Frei Caneca junto às massas, fator responsável pela grande adesão popular e pela absolvição desse clérigo após o fim da Confederação.
  - (B) insatisfação das províncias do Norte e do Nordeste com a forte exploração econômica exercida pelo Sudeste, e a abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho, ato que fragilizou a centralização política.
  - (C) continuidade dos ideais e propósitos defendidos pela Revolução de 1817, e a ameaça de dominação política por parte do governo da Bahia, que encabeçava uma luta pela emancipação do Nordeste brasileiro, defendendo a instauração de outra monarquia.
  - (D) reação ao autoritarismo de D. Pedro I, que outorgou uma constituição nesse mesmo ano, e a tentativa de formar uma república composta por unidades federativas, fundamentalmente: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.
  - (E) influência direta do processo de independência vivido pelo Equador, o qual inspirou o nome do movimento, e a busca por autonomia política, administrativa e econômica por parte das províncias que eram as maiores produtoras de gado e cana-de-açúcar.
- 
20. Considere as seguintes afirmações sobre a Revolução de 1817, também chamada de “Revolução Pernambucana”, da qual a Paraíba participou:
- I. Essa revolução, influenciada pelos ideais da Revolução Francesa, buscava a criação de uma república independente, sediada em Pernambuco.
  - II. A maioria de seus integrantes, dentre os quais havia muitos proprietários rurais, defendia a manutenção da escravidão, que garantia o *status* econômico da elite agrária.
  - III. A revolução foi reprimida meses após sua eclosão, sem conseguir mobilizar a população ou tomar o poder local, uma vez que as oligarquias locais permaneceram leais à Coroa Portuguesa.
  - IV. Após essa Revolução, Rio Grande e Alagoas tornaram-se comarcas independentes de Pernambuco.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) I e IV.
  - (C) II e III.
  - (D) I, II e IV.
  - (E) II, III e IV.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Noções de Direito Civil**

21. Quando contava com treze anos, o pai de Jaci faleceu e sua mãe a abandonou, o que fez com que fosse destituída do pátrio poder e seu tio Oscar fosse nomeado seu tutor. Jaci completou dezesseis anos de idade, portanto,

- (A) poderá ser emancipada pelo tutor, através de instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- (B) não poderá ser emancipada, devendo aguardar a maioridade civil.
- (C) poderá ser emancipada pela mãe, através de instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- (D) poderá ser emancipada por sentença do juiz, ouvido o tutor.
- (E) poderá ser emancipada pela mãe, através de instrumento público, homologado pelo Ministério Público.

22. Os bens públicos destinados a estabelecimento de administração federal e a serviço de autarquia da administração municipal são considerados bens

- (A) de uso especial.
- (B) de uso comum do povo e bens de uso especial, respectivamente.
- (C) de uso especial e bens dominicais, respectivamente.
- (D) de uso comum do povo.
- (E) dominicais.

23. No que concerne aos contratos em geral, é INCORRETO afirmar:

- (A) Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar da sua execução.
- (B) Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- (C) É lícito às partes estipularem contratos atípicos, observadas as regras gerais fixadas no Código Civil brasileiro.
- (D) Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- (E) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.

24. Paulo adquiriu uma máquina de beneficiar café, cuja descrição no contrato de compra e venda era diferente da amostra apresentada pela empresa vendedora por ocasião da celebração do contrato. Nesse caso, prevalecerá

- (A) a praxe do mercado.
- (B) o contrato.
- (C) a amostra.
- (D) a vontade do comprador.
- (E) a vontade do vendedor.

25. No que concerne à locação de coisas, considere:

- I. A locação por tempo determinado cessa de pleno direito, findo o prazo estipulado, após ter sido o locatário notificado com prazo de quinze dias.
- II. Se o locatário empregar a coisa em uso diverso do ajustado, ou do a que se destina, poderá o locador, além de rescindir o contrato, exigir perdas e danos.
- III. Morrendo o locador ou o locatário, transfere-se aos seus herdeiros a locação por tempo determinado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I.
- (E) II.

26. Não havendo prazo estipulado, nem se podendo inferir da natureza do contrato, ou do costume do lugar, qualquer das partes, a seu arbítrio, mediante prévio aviso, poderá resolver o contrato. Dar-se-á o aviso

- (A) com antecedência mínima de trinta dias, se o salário tiver sido ajustado por sessenta dias ou mais.
- (B) com antecedência mínima de sete dias, se o salário tiver sido ajustado por semana.
- (C) com antecedência mínima de oito dias, se o salário tiver sido ajustado por quinzena.
- (D) com antecedência mínima de quinze dias, se o salário tiver sido ajustado por um mês.
- (E) na véspera, quando se tenha contratado por menos de sete dias.

27. No que diz respeito à responsabilidade civil, é correto afirmar:

- (A) O direito de exigir reparação é personalíssimo e não se transmite com a herança.
- (B) A responsabilidade civil depende da criminal, devendo o processo civil ser sempre suspenso até a decisão da questão do fato no juízo criminal.
- (C) O tutor só é responsável pela reparação civil dos danos causados por seu pupilo se tiver concorrido culposamente para a sua ocorrência.
- (D) Se o devedor não puder cumprir a prestação na espécie ajustada, substituir-se-á pelo seu valor, em moeda corrente.
- (E) Aquele que ressarcir dano causado por outrem, não pode, em nenhuma hipótese, reaver o que houver pago daquele por quem pagou.

**Noções de Direito Administrativo**

28. No que concerne à revisão do processo disciplinar, prevista na Lei nº 8.112/90, está INCORRETO o que consta em:
- (A) Será julgada pela autoridade que aplicou a penalidade.
  - (B) Será dirigida a Ministro de Estado ou autoridade equivalente.
  - (C) Correrá em apenso ao processo originário.
  - (D) Não será cabível na hipótese de desaparecimento do servidor.
  - (E) Não poderá resultar agravamento de penalidade.
29. Nos termos da Lei nº 10.520/02, que trata do Pregão, aberta a sessão, os interessados ou seus representantes apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório. No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até
- (A) 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
  - (B) 20% (vinte por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
  - (C) 15% (quinze por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances escritos e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
  - (D) 15% (quinze por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
  - (E) 20% (vinte por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances escritos e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
30. Segundo a Lei nº 9.784/99, que trata do Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros. O comparecimento à consulta pública
- (A) confere, por si, a condição de interessado do processo e, portanto, garante o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que deverá ser individualizada a cada uma das alegações.
  - (B) não confere, por si, a condição de interessado do processo, mas confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais.
  - (C) não confere, por si, a condição de interessado do processo, mas confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que não poderá ser comum a todas as alegações, ainda que substancialmente iguais.
  - (D) confere, por si, a condição de interessado do processo e, portanto, garante o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais.
  - (E) não confere, por si, a condição de interessado do processo, nem confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada, uma vez que são apenas terceiros ao processo.

31. Flavio, advogado de renomado escritório de advocacia, foi eleito Prefeito de determinado Município da Paraíba e exerceu o mandato até dezembro de 2003. Em julho de 2009, o Ministério Público Estadual ingressou com ação de improbidade administrativa contra Flavio, alegando a prática de ato ímprobo consistente na violação dos princípios da Administração Pública. Portanto, pleiteou a condenação do mesmo à suspensão dos direitos políticos por cinco anos e a proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos. A ação de improbidade em questão
- (A) é imprescritível.
  - (B) foi proposta dentro do prazo prescricional, que, na hipótese, é de dez anos.
  - (C) foi proposta dentro do prazo prescricional, que, na hipótese, é de oito anos.
  - (D) está prescrita.
  - (E) foi proposta dentro do prazo prescricional, que, na hipótese, é de quinze anos.

32. Considere as seguintes assertivas:

- I. Os crimes definidos na Lei nº 8.666/93, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo.
- II. A pena imposta será acrescida da terça parte, quando os autores dos crimes previstos na Lei nº 8.666/93 forem ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança em órgão da Administração direta, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública, ou outra entidade controlada direta ou indiretamente pelo Poder Público.
- III. O impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos poderá ser aplicado às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.
- IV. A conduta de "admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo" ensejará pena de detenção, de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos, e multa.

Nos termos da Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

33. Nos termos da Lei nº 8.112/90, as faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior
- (A) serão obrigatoriamente compensadas, porém não consideradas como efetivo exercício.
  - (B) serão obrigatoriamente compensadas, sendo assim consideradas como efetivo exercício.
  - (C) poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.
  - (D) poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, porém não consideradas como efetivo exercício.
  - (E) poderão ser compensadas a critério da chefia mediata, não sendo consideradas como efetivo exercício.





Noções de Direito Constitucional	
<p>34. A Constituição Federal brasileira assegura, nos termos da lei:</p> <p>(A) Privilégio permanente aos autores de inventos industriais para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos.</p> <p>(B) A proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas.</p> <p>(C) O direito de petição aos Poderes Públicos contra ilegalidade ou abuso de poder, mediante o pagamento de taxa administrativa fixada por Lei Complementar Estadual.</p> <p>(D) O acesso a todos à informação sendo vedado, em qualquer hipótese resguardar o sigilo da fonte.</p> <p>(E) A interferência estatal na criação e funcionamento de associações e cooperativas, visando o cumprimento das normas estabelecidas na Carta Magna.</p>	<p>38. Considere:</p> <p>I. Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.</p> <p>II. Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.</p> <p>III. Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em trinta por cento à do normal.</p> <p>IV. Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.</p> <p>De acordo com a Constituição Federal brasileira, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, dentre outros, os indicados APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV.  (B) III e IV.  (C) I, II e III.  (D) II, III e IV.  (E) I e IV.</p>
<p>35. Marta, filha de mãe e pai argentinos, nasceu no Brasil quando os mesmos passavam férias na cidade do Rio de Janeiro. Glaide, filha de mãe brasileira e pai americano, nasceu em Orlando, quando a sua mãe, a serviço da República Federativa do Brasil apresentava palestra sobre Direitos Humanos. Hernandes, filho de pai brasileiro e mãe uruguaia, nasceu em Montevideu quando seu pai, a serviço da República Federativa do Brasil, laborava nos portos do referido local. Nestes casos, segundo a Constituição Federal brasileira,</p> <p>(A) apenas Glaide e Hernandes são brasileiros natos.  (B) apenas Marta e Glaide são brasileiras natas.  (C) Marta, Glaide e Hernandes são brasileiros natos.  (D) apenas Marta e Hernandes são brasileiros natos.  (E) apenas Glaide é brasileira nata.</p>	<p>39. Segundo a Constituição Federal brasileira, a Mesa da Assembleia Legislativa</p> <p>(A) só poderá propor ação declaratória de constitucionalidade se aprovada a proposição por, no mínimo, um quinto de seus membros mediante voto aberto.  (B) pode propor somente ação direta de inconstitucionalidade.  (C) pode propor somente ação declaratória de constitucionalidade.  (D) não pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e nem a ação declaratória de constitucionalidade.  (E) pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade.</p>
<p>36. Considere a seguinte situação hipotética: A família "X" é tradicional na política do Estado da Paraíba. Nas próximas eleições para Deputado Estadual, cinco membros da família: Tobias, 19 anos de idade, estudante de direito; Dinorá, 22 anos de idade, estudante de arquitetura; Cassiano, 28 anos de idade, jornalista; Vera 30 anos de idade, advogada e Georgia 42 anos de idade, com conclusão somente do ensino médio, pretendem concorrer para o exercício do cargo de Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do referido estado. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal brasileira, podem concorrer às mencionadas eleições</p> <p>(A) Dinorá, Cassiano, Vera e Georgia, apenas.  (B) Cassiano, Vera e Georgia, apenas.  (C) Vera e Georgia, apenas.  (D) Cassiano e Vera, apenas.  (E) Tobias, Dinorá, Cassiano, Vera e Georgia.</p>	<p>40. De acordo com a Constituição Federal brasileira, o Procurador-Geral da República, preenchidos os demais requisitos legais,</p> <p>(A) é nomeado dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos.  (B) é nomeado pelo Supremo Tribunal Federal.  (C) será destituído por iniciativa de, no mínimo, um terço das Assembleias Legislativas.  (D) é nomeado para mandato de quatro anos, permitida a recondução.  (E) será destituído por iniciativa da Câmara dos Deputados.</p>
<p>37. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República depois de aprovada a escolha</p> <p>(A) pela maioria absoluta do Senado Federal e pela maioria absoluta das Assembleias Legislativas, respectivamente.  (B) pela maioria absoluta do Senado Federal e pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, respectivamente.  (C) pela maioria absoluta do Senado Federal.  (D) por, no mínimo, um terço do Senado Federal.  (E) por, no mínimo, um terço do Senado Federal e pela maioria absoluta das Assembleias Legislativas, respectivamente.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Legislação Institucional (Regimento Interno)</b></p> <p>41. Excetuados os casos em que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba determine de forma diversa, as Comissões deverão obedecer, dentre outros, o seguinte prazo para examinar proposições e sobre elas decidir:</p> <p>(A) dez dias, quando se tratar de matéria em regime de urgência.  (B) quinze dias, quando se tratar de matéria em regime de urgência.  (C) vinte dias, quando se tratar de matéria em regime de urgência.  (D) sessenta dias, quando se tratar de matéria em regime de tramitação ordinária.  (E) noventa dias, quando se tratar de matéria em regime de tramitação ordinária.</p>



<p>42. Considere as seguintes assertivas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>I. Emenda aglutinativa é a que resulta da fusão de outras emendas, ou destas com o texto, por transação tendente à aproximação dos respectivos objetos.</li><li>II. Emenda substitutiva é a apresentada como sucedânea a parte de outra proposição, denominando-se "substitutivo" quando a alterar, substancial ou formalmente, em seu conjunto.</li><li>III. Emenda modificativa é a que altera a proposição sem a modificar substancialmente, inserindo ou adiando palavras ou expressões, em qualquer dispositivo.</li><li>IV. Denomina-se subemenda a emenda apresentada em Comissão a outra emenda e que pode ser, tão somente, supressiva ou aditiva, incidindo, a supressiva, sobre emenda com a mesma finalidade.</li></ul> <p>Conforme as disposições do Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba, está correto o que consta em</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) I, II e IV, apenas.</li><li>(B) I e III, apenas.</li><li>(C) I, II e III, apenas.</li><li>(D) II e III, apenas.</li><li>(E) I, II, III e IV.</li></ul>	<p>45. De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba,</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) na sessão itinerante, não serão admitidos convidados à Mesa e no Plenário.</li><li>(B) a sessão itinerante não poderá ter caráter deliberativo.</li><li>(C) as sessões itinerantes são realizadas na sede da Assembleia Legislativa em espaço próprio destinado para este fim.</li><li>(D) a sessão itinerante, que independe de número, será convocada tão somente através do Diário do Poder Legislativo.</li><li>(E) na sessão itinerante, só usarão da palavra os oradores previamente designados pelo Presidente.</li></ul>
<p>43. Conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba, na hipótese de prisão em flagrante de crime inafiançável de Deputado Estadual, o Plenário da Assembleia Legislativa decidirá, pelo voto da maioria absoluta dos membros da Assembleia, pela manutenção ou não da prisão. A decisão do Plenário será formalizada mediante Resolução que será promulgada e publicada pelo</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) Governador do Estado, dentro do prazo de setenta e duas horas.</li><li>(B) Presidente da Assembleia Legislativa, dentro do prazo de quarenta e oito horas.</li><li>(C) Presidente da Assembleia Legislativa, dentro do prazo máximo de vinte e quatro horas.</li><li>(D) Governador do Estado, dentro do prazo de quarenta e oito horas.</li><li>(E) Presidente da Assembleia Legislativa, dentro do prazo de cinco dias.</li></ul>	<p>46. Considere os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>I. um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa da Paraíba.</li><li>II. Governador do Estado.</li><li>III. mais de um terço das Câmaras Municipais manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.</li><li>IV. cidadãos, mediante iniciativa popular assinada, no mínimo, por um por cento dos eleitores estaduais, distribuídos, no mínimo, em um décimo dos Municípios, com não menos de um por cento dos eleitores de cada um deles.</li></ul> <p>Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba, possuem legitimidade para apresentar proposta de emenda à Constituição do Estado, os indicados em</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) II, apenas.</li><li>(B) I e II, apenas.</li><li>(C) III e IV, apenas.</li><li>(D) I, II, III e IV.</li><li>(E) I, II e III, apenas.</li></ul>
<p>44. Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba, se o Governador não prestar contas, através do Tribunal de Contas do Estado, nos termos e nos prazos previstos na legislação pertinente, a Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária as tomará e, conforme o resultado, providenciará a punição dos responsáveis. Sobre o tema, é correto afirmar:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) A Comissão levantará as contas do Governador do Estado no prazo de noventa dias.</li><li>(B) Não será superior a dez dias o prazo para cumprimento das convocações, prestações de informações, atendimento a requisições de documentos públicos e para realização de diligências e perícias.</li><li>(C) A Comissão não poderá habilitar técnicos do próprio Poder Legislativo para a realização dos trabalhos de tomadas de contas.</li><li>(D) A prestação de contas, depois de iniciada a tomada de contas, constitui óbice à adoção e continuidade de providências relativas ao processo por crime de responsabilidade.</li><li>(E) A Comissão não poderá habilitar técnicos do Tribunal de Contas do Estado para a realização dos trabalhos de tomadas de contas.</li></ul>	<p>47. Conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba, especificamente no que concerne à tramitação do veto, está correto:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) No veto total, a votação só poderá ser feita por parte se houver requerimento de destaque de Deputado, aprovado por ato isolado do Presidente da Assembleia Legislativa.</li><li>(B) O veto, total ou parcial, só poderá ser rejeitado pelo voto da maioria relativa dos Deputados, em votação pública.</li><li>(C) A apreciação do veto implica em reapreciar o projeto, no veto total, ou da parte do projeto, no veto parcial.</li><li>(D) Se o veto for rejeitado, será o projeto de lei, ou parte dele, conforme o caso, enviado pelo Presidente da Assembleia Legislativa, no prazo de setenta e duas horas, ao Governador do Estado para promulgação.</li><li>(E) O Presidente da Assembleia Legislativa não poderá convocar sessões extraordinárias para a discussão do veto.</li></ul>



48. De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba, a Medida Provisória será enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para que tal Comissão profira parecer sobre a admissibilidade quanto aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência. O mencionado parecer deverá ser exarado no prazo de

- (A) trinta dias, a contar da data do envio.
- (B) quinze dias, a contar do seu recebimento.
- (C) dez dias, a contar do seu recebimento.
- (D) trinta dias, a contar do seu recebimento.
- (E) quinze dias, a contar da data do envio.

49. Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba, as representações de dois ou mais Partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir Bloco Parlamentar, sob Liderança comum. Sobre o tema, é correto afirmar:

- (A) O Bloco Parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado pelo Regimento Interno às organizações partidárias com representação na Casa.
- (B) As lideranças dos Partidos que se coligarem em Bloco Parlamentar não perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais.
- (C) Será admitida a formação de Bloco Parlamentar composto de menos de um doze avos dos membros da Assembleia Legislativa.
- (D) O Bloco Parlamentar não tem existência circunscrita à legislatura, porém deve o ato de sua criação e eventuais alterações posteriores serem apresentados à Mesa para registro e publicação.
- (E) A agremiação integrante de Bloco Parlamentar poderá fazer parte de outro concomitantemente.

50. Considere a seguinte situação hipotética: Francisco é Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba e, no momento do início dos trabalhos da sessão, não se encontra presente no recinto. Nesse caso, e segundo dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba, Francisco será substituído, sucessivamente e na série ordinal, pelos

- (A) Vice-Presidentes, Secretários e Suplentes, ou, finalmente, pelo Deputado mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas estaduais.
- (B) Secretários, Vice-Presidentes e Suplentes, ou, finalmente, pelo Deputado mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas estaduais.
- (C) Vice-Presidentes, Suplentes e Secretários, ou, finalmente, pelo Deputado mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas federais.
- (D) Suplentes, Secretários, ou, finalmente, pelo Deputado mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas estaduais.
- (E) Vice-Presidentes, Suplentes, ou, finalmente, pelo Deputado mais jovem, dentre os de maior número de legislaturas estaduais.

### Constituição do Estado da Paraíba

51. De acordo com a Constituição do Estado da Paraíba, no domínio da legislação concorrente, o Estado exercerá competência

- (A) comum exclusiva.
- (B) elisiva.
- (C) comum limitada.
- (D) complementar desmembrada.
- (E) suplementar.

52. Considere as seguintes assertivas a respeito da Organização Municipal:

- I. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- II. São órgãos do Poder Municipal, independentes e harmônicos entre si, a Prefeitura, com funções executivas, e a Câmara Municipal, com funções legislativa e fiscalizadora.
- III. A fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, independente de consulta prévia.
- IV. O número de Vereadores em cada Município será fixado em lei estadual, para cada legislatura, de acordo com a população existente, apurada pelo órgão federal competente, até o último dia do ano anterior à eleição.

De acordo com a Constituição do Estado da Paraíba está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I, II e III.

53. Manoela tinha 40 anos de idade e era policial militar quando, semana passada, faleceu no exercício da sua atividade profissional, especificamente em uma colisão de veículos na perseguição de um meliante. De acordo com a Constituição do Estado da Paraíba, o Estado

- (A) só poderia promover *post mortem* Manoela se o falecimento tivesse ocorrido entre 20 e 30 anos de idade.
- (B) não poderá promover *post mortem* Manoela por ausência de previsão Constitucional.
- (C) poderá promover *post mortem* Manoela.
- (D) só poderia promover *post mortem* Manoela se o falecimento tivesse ocorrido até 35 anos de idade.
- (E) não poderá promover *post mortem* Manoela uma vez que o falecimento não decorreu de ferimento provocado diretamente pelo meliante.



54. De acordo com a Constituição do Estado da Paraíba, com relação à Assembleia Legislativa, em regra, as deliberações da Casa e de suas comissões serão tomadas por
- (A) um terço de votos, presente, no mínimo, um quinto de seus membros.
  - (B) maioria de votos, presente, no mínimo, um quinto de seus membros.
  - (C) maioria de votos, presente, no mínimo, um terço de seus membros.
  - (D) um terço de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
  - (E) maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
55. Considere a seguinte situação hipotética: A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba encaminhou, independentemente de votação, pedido escrito de informação para autoridade pública estadual, solicitando que estas fossem prestadas no prazo máximo de dez dias. Neste caso, de acordo com a Constituição do Estado da Paraíba, a Mesa da referida Assembleia Legislativa enviou o pedido de informações
- (A) incorretamente, já que este depende de votação da mencionada Casa Legislativa, devendo esta votação ocorrer na próxima sessão ordinária.
  - (B) incorretamente, já que este depende de votação da mencionada Casa Legislativa, devendo a mesa convocar seus membros para sessão extraordinária.
  - (C) corretamente, já que este independe de votação, mas a autoridade pública só importará em crime de responsabilidade se recusar ou não atender a solicitação no prazo de trinta dias ou prestar informações falsas.
  - (D) corretamente, já que este independe de votação, mas a autoridade pública só importará em crime de responsabilidade se recusar ou não atender a solicitação no prazo de noventa dias ou prestar informações falsas.
  - (E) corretamente, já que este independe de votação e poderá importar também em crime de responsabilidade se a solicitação não for atendida no prazo máximo de dez dias, solicitado pela Mesa.
56. Segundo a Constituição do Estado da Paraíba, a Assembleia Legislativa possui competência privativa para
- (A) aprovar, previamente, a escolha de conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios, indicados pelo Governador do Estado.
  - (B) vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
  - (C) nomear Secretários Municipais.
  - (D) exonerar Secretários Municipais.
  - (E) autorizar o Governador e o Vice-Governador a se ausentarem do País, quando a ausência exceder de quinze dias e, do Estado, por mais de dez dias.
57. Segundo a Constituição do Estado da Paraíba, os membros da Assembleia Legislativa não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, desde
- (A) a posse.
  - (B) a expedição do diploma.
  - (C) trinta dias da posse.
  - (D) o efetivo exercício.
  - (E) a data da nomeação.
58. Gilberto foi eleito membro da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Neste caso, Gilberto terá mandato de
- (A) três anos vedada a recondução.
  - (B) dois anos vedada a recondução.
  - (C) três anos permitida a recondução para o mesmo cargo.
  - (D) dois anos permitida a recondução para o mesmo cargo.
  - (E) um ano permitida a recondução para o mesmo cargo.
59. Com relação à Assembleia Legislativa, no tocante às Comissões, considere:
- I. Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe, dentre outras atribuições, realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.
  - II. Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe, dentre outras atribuições, solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.
  - III. As comissões parlamentares de inquérito serão criadas por prazo indeterminado, mediante requerimento de dois terços de seus membros, para a apuração de fato determinado.
  - IV. Durante o recesso, haverá uma comissão representativa da Assembleia Legislativa, eleita pelos seus membros na última sessão ordinária do período legislativo.
- De acordo com a Constituição do Estado da Paraíba, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
  - (B) I e II.
  - (C) II, III e IV.
  - (D) II e IV.
  - (E) I, II e IV.
60. *A Procuradoria da Assembleia Legislativa é o órgão superior de assessoramento e consultoria jurídica do Poder Legislativo, incumbindo-lhe ainda as atividades de assistência técnica legislativa à Mesa, às Comissões, aos Deputados e às suas Secretarias.*
- De acordo com a Constituição do Estado da Paraíba, a Procuradoria é dirigida por um Procurador-Chefe, com posicionamento hierárquico de Secretário do Poder Legislativo, nomeado em comissão
- (A) pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
  - (B) mediante voto de um quinto dos membros da Assembleia Legislativa.
  - (C) pelo Governador do Estado.
  - (D) pela Mesa da Assembleia Legislativa.
  - (E) pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

**REDAÇÃO**

*Cada vez mais a preservação de um bem do patrimônio cultural imaterial\* está associada à importância da diversidade. Com o advento da globalização, a sobrevivência desse patrimônio tem sido relegada a segundo plano.*

\* Patrimônio cultural imaterial são as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural, segundo a UNESCO.

(Adaptado: Silvio Pinto Ferreira Junior. Disponível em: <http://www.diversitas.ffich.usp.br/files/globalizacao>)

Considerando o que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

**A preservação do patrimônio cultural imaterial nos dias atuais**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	